



A INSERÇÃO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO

Área temática: Direitos Humanos, Relações de Gênero e Gestão de Pessoas

David Emmanuel da Silva Souza

davidemmanuel9@hotmail.com

Barbara Luciana Sena Costa

barbarasena@id.uff.br

Eduardo Magaldi Rodrigues

edumagaldirodrigues@gmail.com

Resumo: *O presente artigo tem como objeto de investigação os baixos níveis de inserção das pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho formal brasileiro. Com o intuito de incentivar, por meio da informação, a diversidade e o respeito à identidade de gênero e à sexualidade nas estratégias das empresas brasileiras, pretende-se, com tais disposições, demonstrar os motivos cíclicos e estruturais responsáveis pelo distanciamento das pessoas transexuais e travestis do mercado de trabalho formal no Brasil. Para tanto, no tocante à metodologia, será realizada uma revisão de literatura dos materiais já expostos sobre o tema, bem como se apoiará em pesquisas documentais que contribuem para a reflexão das razões a serem abordadas no artigo.*

Palavras-chave: *Transexualidade, Travestilidade, Identidade de Gênero, Relações de trabalho.*

INTRODUÇÃO

Os baixos níveis de inserção das pessoas transexuais e travestis no mercado formal de trabalho brasileiro chamam a atenção para a precariedade vivida por essa população em nosso entorno social. Em meio a um histórico de vida frequentemente marcado pelo preconceito, pela incompreensão e pela violência, a falta de oportunidades de trabalho se mostra como mais um sintoma dessa invisibilidade vivida pelas travestis e pessoas transexuais na sociedade brasileira.

Mediante a devida observância dessas questões, o presente artigo se propõe a questionar as possíveis causas cíclicas e estruturais que perpetuam a falta de representatividade dessas pessoas nos ambientes de trabalho formal e/ou qualificado no contexto brasileiro.

O objetivo deste artigo é veicular conhecimentos, conceitos e questionamentos que possam colaborar para o respeito à identidade de gênero das travestis e pessoas transexuais e à diversidade sexual, assim como, mediante a informação, incentivar a criação de estratégias de empresas brasileiras para a incorporação desses trabalhadores e trabalhadoras.

Para tanto, no que tange à metodologia, buscou-se fazer ao longo deste artigo uma revisão bibliográfica de autoras e autores que desenvolvem importantes pesquisas documentais sobre gênero, sexualidade e movimento LGBT para promover reflexões e discussões acerca da inserção de travestis e pessoas transexuais no mercado de trabalho formal. Afinal de contas, a alarmante precarização das condições de vida dessa população exige esforços no sentido da sua inclusão, visibilidade e respeito perante a sociedade.

1. IDENTIDADE DE GÊNERO, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

O título do presente artigo traz dois termos que, frequentemente, são apresentados ou como sinônimos ou como elementos distintos entre si de maneira muito homogênea. Observando esses movimentos e com o objetivo de estabelecer uma sincronia de compreensão entre a(o) leitora/leitor e termos utilizados neste artigo, é

relevante a exposição do que as palavras "transexual" e "travesti" representam no dado trabalho.

Atualmente, no campo de saber médico, a transexualidade está presente na categoria de "Transtornos da Identidade Sexual" da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Dita como um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, sendo tal desejo acompanhado de mal estar ou de inadaptação em relação ao sexo anatômico, ademais do desejo de realizar uma intervenção cirúrgica ou um tratamento hormonal para atingir, qual possível for, o corpo desejado. Por sua vez, travestismo se refere à pessoa que usa vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, mas que não sente o desejo de realizar uma transformação cirúrgica, sendo assim um transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não-transexual. (DATASUS).

Por alguns anos a diferenciação de pessoa transexual e travesti obrigatoriamente perpassou a realização ou não da intervenção cirúrgica, sob argumento de que a pessoa transexual sentia forte repulsa por seu corpo e, assim, tinha o desejo de realizar todas as intervenções possíveis para se adequar ao sexo oposto. No entanto, essa ideia não pode ser generalizada. Não são todas as pessoas transexuais que ojerizam suas genitálias ou que, ao menos, desejam realizar a cirurgia de transgenitalização.

A diferenciação entre os termos "transexual" e "travesti" sofre divergências entre o que define o saber médico-psicológico e o movimento social de pessoas transexuais e travestis, bem como entre as próprias pessoas transexuais e travestis e estudiosos do tema.

Berenice Bento, professora-doutora atuante nos temas de gênero, transexualidade, sexualidade e direitos humanos assevera que é necessário respeitar a autodeterminação de gênero da pessoa, pois hoje não faz mais sentido a discussão clássica que diferenciava travesti de transexual era a realização ou não da cirurgia de transgenitalização, pois isso não tem a ver com a mudança do meu corpo, tendo em vista que essa é uma decisão exclusivamente de foro íntimo. (BENTO, 2014).

Por sua vez, Indianara Siqueira, ativista trans, enfatiza que travesti e transexual é apenas uma definição que foi criada, sendo um problema mais especificamente no Brasil, onde foram criadas essas definições no Encontro Anual de Travestis, em 2009, no Rio de Janeiro. Em outros países, todas são definidas como mulheres transexuais.

Indianara Siqueira revela que tais definições acabam gerando mais preconceito, alocando a travesti como a que vive na esquina se prostituindo e a transexual como aquela coitadinha do conto de fadas, a mulherzinha de saia longa, submissa. (SIQUEIRA, 2014)

Mas também existem outros posicionamentos acerca dessa diferenciação. Algumas militantes optam pelo termo “travesti” por motivos políticos, tendo em vista, segundo elas, que o termo "transexual" é uma identidade patologizante. (AMARAL, 2013)

Sendo assim, existem dois caminhos: o das pessoas transexuais e travestis que afirmam uma dada identidade por posicionamento político para ir contra a imposição médica-psicológica ou fazer uso dessa imposição; outras se afastam da discussão de definições de termos por não se basearem na diferenciação do saber médico-psicológico.

Diante dessas nuances conceituais, o que pode ser afirmado é que ambas identidades têm um ponto em comum: a identidade de gênero. Este conceito refere-se à percepção interna do indivíduo e à sua experiência pessoal perante as construções sociais do que é masculino e feminino (gênero), ou seja, o modo como o indivíduo se reconhece e quer ser reconhecido em sociedade, podendo ser relativo ao gênero masculino ou como ao gênero feminino, valendo-se, por livre escolha, de modificações na aparência, função corporal, meios médicos, expressões de gênero, vestimentas, modo de falar e/ou maneirismos. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA)

Desta maneira, tendo em vista a repercussão entre os/as agentes não é possível, de fato, definir uniformemente o que é uma pessoa transexual e uma pessoa travesti. Mas é possível expor o porquê dessas duas identidades sofrerem, ao longo do tempo, marginalização e afastamento de determinados espaços, dentre eles o mercado de trabalho, bem como o motivo dos estigmas que elas carregam.

2. DIFERENTES PERSPECTIVAS NO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

No Brasil, o primeiro grupo que apresentou uma proposta de politização da questão da homossexualidade foi o grupo "Somos", de São Paulo, em 1978. O grupo era formado exclusivamente por homens até o início de 1979, quando entraram

mulheres. Nos primeiros encontros da militância, a reivindicação era a despatologização da homossexualidade – até então conhecido como homossexualismo. (FACCHINI , 2002, p.67-68)

Em 1983, a partir do advento da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), os grupos militantes homossexuais tiveram uma grande queda quantitativa. Porém, a campanha nacional de retirada da homossexualidade do Código de Doenças do *Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social* continuou até 1985. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO)

Em âmbito global, as reivindicações da comunidade homossexual (gays e lésbicas) obtiveram sucesso em 1989, quando foi aprovada a Classificação Internacional de Doenças-10, a qual entrou em vigor em 1º de janeiro de 1993, estabelecendo a retirada do até então "homossexualismo" como doença. A homossexualidade se tornou uma condição de ser e de orientação sexual e a busca pela cura não era mais incentivada. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) Porém, juntamente com essa retirada houve o movimento de inserção da transexualidade no mesmo documento sob a nomenclatura de "transexualismo". (BENTO, 2009)

Até então, as mobilizações não eram favoráveis às pessoas transexuais e travestis.

Os primeiros encontros de transexuais no Brasil ocorreram na primeira metade de 1990 e, a partir da segunda metade, ocorreu o começo de uma organização transexual para efetivar suas demandas. (FACCHINI in CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO, 2011, p. 15) Algumas literaturas apontam que essas articulações do começo da década de 1990 foram impulsionadas por travestis e transexuais, relatando que em 1992, essas duas identidades começaram uma série de reuniões que tinham a finalidade de criar de uma rede nacional de articulação política. Por outro lado, outras literaturas expõem que após as demandas da pessoas homossexuais serem atendidas (retirada da CID e políticas contra a AIDS), o segundo grupo que se destacou no cenário da militância foi o grupo das travestis e não de transexuais e travestis. Uma distinção primordial estabelecia-se, naquela época, entre transexuais e travestis, mesmo que de fato isso não ocorresse no conhecimento popular.

Ainda no contexto da década de 1990, de maneira acanhada - e até mesmo antes disso - as concepções que estabeleciam o que era ser travesti e o que era ser transexual

estavam no discurso que associava travestis à prostituição e transexual à demanda de mudança corporal completa e à patologia. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 325)

Em 1996, ainda com foco no advento da AIDS, porém, diferentemente do que fora realizado no início da década de 1980, época em que as políticas foram concentradas na comunidade de homens homossexuais, dessa vez o enfoque também foi dado à comunidade das travestis, que realizaram o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra a Aids (Entlaids). (CARRARA; VIANNA, 2008, p.344).

É possível pensar que o vínculo das travestis com à prostituição ganhou uma maior visibilidade a partir do advento da AIDS, o que provocou uma forte hostilização destas mulheres. O fator da patologização das travestis culminou nas reiteradas associações de sua imagem a elementos duplamente condenados pela sociedade: a prostituição e a AIDS. Observa-se, portanto, a existência de uma relação entre o início da visibilidade das travestis e a estigmatização que elas sofrem até os dias de hoje.

Em 1995, no Brasil, surgiu o primeiro grupo de ativistas transexuais. Deste modo, as pessoas transexuais, dentro de um contexto já formado principalmente por gays, lésbicas e travestis, foram as últimas a se unirem ao movimento. (CARRARA; VIANNA, 2008, p.347). O debate público sobre transexualidade e a possibilidade de construção da categoria “transexual” como uma identidade divergente da identidade “travesti” foram observadas, emergindo, então, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 325)

A separação de homossexuais cisgêneros de um lado e travestis e transexuais de outro ocorreram, principalmente, no final da década de 1990 e o início de 2000. Os embates aconteceram dentro da militância, motivados pela disparidade no nível de escolaridade dos dois segmentos, além da origem socioeconômica de suas famílias e das demandas políticas de cada grupo. Ou seja, travestis e transexuais muitas vezes não puderam completar uma trajetória acadêmica, tendo suas imagens associadas a cenários criminosos ou de prostituição, enquanto os grupos homossexuais eram mais abastados nesses termos. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 334)

Essa divisão expôs, assim, a especificidade das demandas das travestis e transexuais frente à sua condição de vulnerabilidade. Os primeiros momentos do movimento homossexual brasileiro, entre as décadas de 1970 e 1980 tiveram como

característica a participação de intelectuais, jornalistas e professores universitários, pessoas que além de estarem no mercado de trabalho formal também tinham posições de saber privilegiados. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 334). O mesmo não se pode dizer, no entanto, da posição social e econômica das pessoas do movimento transexual e travesti, cuja trajetória de vida não se construiu, via de regra, dentro de instituições de ensino, tais como escolas e universidades.

3. DIFICULDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO E DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Existe uma íntima relação entre o trabalho e a educação na atualidade. O trabalho cumpre um papel fundamental na vida do ser humano, contribuindo a atividade profissional à sua posição social e à construção de sua identidade. Coutinho, Krawulski e Soares (2007) afirmam que o mundo do trabalho tem profundos impactos na percepção de si, estabelecendo, portanto, uma relação entre os desafios do trabalho na modernidade e a formação da identidade do sujeito. Assim sendo, entende-se que o trabalho, ademais de garantir os meios de satisfação das necessidades básicas do ser humano, representa, ainda, um fator de identificação essencial para determinar a inserção do indivíduo na sociedade em que vive.

A escola, por sua vez, tem um papel instrumental de formação de indivíduos em nossa sociedade, voltando-se para a preparação e formação profissional, levando em conta as demandas mercado de trabalho (SEGNINI, 2000). Portanto, o período escolar tem um impacto direto e decisivo nas possibilidades de inserção do indivíduo no mundo do trabalho. Ou seja, o nível de escolaridade poderá, por conseguinte, definir o acesso às oportunidades e a inserção mais ou menos precária no mercado de trabalho.

Os dados apresentados pela pesquisa "Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?"¹, realizada com alunos do Ensino Médio, ilustra o atual panorama: 19,3% dos alunos de escola pública não gostariam de ter um colega de classe travesti, homossexual, transexual ou transgênero. Desse percentual, a rejeição maior foi

¹ Estudo coordenado pela socióloga Miriam Abramovay com o apoio da Flacso-Brasil (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação e a Cultura) e do MEC (Ministério da Educação e Cultura), ouvindo 8.283 estudantes do Ensino Médio na faixa de 15 a 29 anos no ano letivo de 2013.

constatada entre a travestis, representando um percentual de 7,1%, frente a um 5,3% de rejeição a homossexuais, um 4,4% a transexuais e 2,5% a transgêneros. Esses números refletem sintomaticamente a falta de compreensão vivida por esses alunos e alunas transgêneros em um ambiente hostil nas escolas brasileiras.

Em se tratando de pessoas transexuais e travestis, muitas são as violências sofridas durante a sua trajetória escolar. Berenice Bento sugere que a patologização dessa identidade de gênero seja a mais cruel delas, uma vez que imprime uma suposta inferioridade dessas pessoas. Afinal de contas, em uma sociedade marcada pela heteronormatividade, cruzar os limites do gênero significa colocar-se em uma posição de risco (BENTO 2011). A escola, como uma instituição reprodutora desses valores hegemônicos, carece de capacidade de abarcar a diversidade e a diferença em seu meio de convívio, o que torna esta uma experiência de exposição a traumas para as crianças e jovens transexuais e travestis. Para aquelas pessoas que experimentam viver a sua identidade de gênero não-hegemônica em idade escolar, o que se percebe é um processo de hostilização e violência contínua no cotidiano escolar. Segundo Berenice Bento (2011), no caso de crianças que se veem obrigadas a deixar a escola por sofrer violências físicas e psicológicas é limitador falar em "evasão". O que se observa, na realidade, é um processo de expulsão dessas crianças do espaço escolar (BENTO 2011), movido pela intolerância e transfobia.

Nesse contexto, não frequentar a escola é uma tentativa desesperada de evitar as sucessivas violências que esse espaço pode representar. Sabemos, entretanto, que a escolaridade é uma condição primordial para o acesso ao mercado de trabalho (BERNARDO, 2009). Portanto, o que se observa no tocante às travestis e às pessoas transexuais é a configuração de um ciclo vicioso, no qual as hostilidades sofridas no período escolar ocasionam o afastamento da escola, impactando diretamente na falta de capacitação que, juntamente com o preconceito pela sua identidade de gênero, acabam por diminuir de maneira drástica as possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho.

4. O PANORAMA ATUAL DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O número choca: 90% das travestis e transexuais são obrigadas a trabalhar na prostituição pela falta de oportunidades de emprego, segundo a presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), em entrevista concedida à EBC (Empresa Brasil de Comunicação) em 2015.

Em contrapartida, algumas medidas de iniciativa pública e privada tem sido levadas a cabo pontualmente no Brasil, visando à capacitação profissional de transexuais e travestis para o mercado de trabalho. O programa Transcidadania é uma delas. Implementado pela Prefeitura de São Paulo desde janeiro de 2015, o programa oferece atualmente 200 bolsas de estudo para travestis e transexuais terem aulas de Mercado de Trabalho e Direitos Humanos. O objetivo é a recuperação de oportunidades para as pessoas transexuais e travestis em situação de vulnerabilidade social. Apostando num resgate da dignidade dessas pessoas mediante a reinserção na educação, os participantes podem recomeçar uma trajetória de reconstrução de suas vidas profissionais, capacitando-se, concluindo a escolaridade básica e recriando condições para uma autonomia financeira. O que se espera ao final do curso é a ampliação das possibilidades de reinserção no mercado de trabalho.

Outras iniciativas que também identificam a necessidade estrutural de acesso de travestis e transexuais à educação como forma de inclusão social e profissional também têm sido levadas à frente pelo setor privado. O curso "Prepara, Nem" é uma iniciativa de formação escolar e capacitação profissional implementado no Rio de Janeiro que tem o objetivo de preparar os seus participantes para a prova do ENEM, a qual é um meio de ingresso em universidades públicas no Brasil. O projeto atualmente ainda não conta com financiamento público e, portanto, as suas aulas são dadas por professoras e professores voluntários em espaços que variam de acordo com a disponibilidade das organizações que apoiam, sendo estas ONGs, sindicatos e casas de cultura. Para além da inclusão no mercado laboral e no mundo acadêmico, o projeto tem se tornado um reencontro de pessoas transexuais e travestis com o desenvolvimento de suas capacidades, em um espaço livre de opressões, violências e constrangimentos pela identidade de gênero. Ademais, o projeto passou a realizar buscas por vagas de emprego, auxílio para concursos, especificamente voltado para travestis e transexuais.

É importante observar que as condições de vulnerabilidade que acometem as travestis e transexuais no meio social são a razão pela qual políticas públicas têm sido projetadas para a sua possibilidade de inserção profissional. No entanto, as questões relativas ao gênero e à diversidade sexual não podem deixar de ser problematizadas e encaradas pela sociedade. Afinal de contas, ainda que reconhecendo a importância desses projetos, estes não são suficientes para as muitas demandas por dignidade, respeito e empregabilidade das travestis e pessoas transexuais.

Nesse sentido, é importante destacar que a empregabilidade dessas pessoas está igualmente condicionada a mudanças na mentalidade da gestão de empresas. No que tange à oferta de vagas para travestis e transexuais, ainda que estas estejam capacitadas, talvez o setor privado ainda não esteja aberto para a sua contratação, ocultando a discriminação em relação às normas de gênero como forma de sustentar um discurso preconceituoso. Aponta-se, assim, para a necessidade de uma forma inclusiva de gestão empresarial, isto é, que esteja disposta a contratar pessoas transexuais e travestis, o que infelizmente não é a realidade de muitas empresas atualmente no cenário brasileiro.

Por outro lado, as empresas devem se preocupar em como absorvê-las enquanto trabalhadoras. É fundamental, para tanto, que haja uma preocupação em preparar os demais funcionários para a incorporação de trabalhadores transexuais e travestis, dada a profunda estigmatização de sua imagem no entorno social, no sentido de oferecer um ambiente laboral seguro e capacitado para lidar no cotidiano com as identidades de gênero não-hegemônicas.

Assim, percebe-se que a inserção de travestis e pessoas transexuais no mercado de trabalho formal requer medidas amplas de capacitação destas, mas também da criação de uma estrutura sólida para que os estigmas e os preconceitos não preponderem na sua contratação nem no ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, parece evidente que a austeridade vivida por travestis e transexuais em sua, geralmente, curta trajetória educacional é um reflexo de construções preconceituosas presentes na sociedade, o que impacta muito negativamente a vida cotidiana e a subjetividade dessas pessoas em sua infância ou adolescência, mas

também durante todas as posteriores etapas de vida, como no momento de inserção profissional.

Os dados apresentados ao longo deste artigo explicitam um pouco dos sofrimentos e violências sofridas por crianças e adolescentes transexuais e travestis em sua experiência escolar. O processo de expulsão desse espaço vivenciado pela maioria das crianças que vivem a sua identidade de gênero não-hegemônica é cruel, doloroso e tem graves consequências ao longo da vida profissional adulta.

No entanto, as dificuldades aqui apresentadas não têm um intuito determinista quanto à vida profissional de travestis e transexuais, de forma a condenar tais pessoas a uma vida laboral frustrante. Foram apresentados projetos que tentam recuperar e reinserir essas pessoas, tão estigmatizadas, a partir da educação e da capacitação profissional.

Por outro lado, cientes da insuficiência de políticas públicas ou projetos sociais, por si só, como os fatores decisivos da inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho, foram também apontadas possíveis mudanças necessárias na gestão das empresas para um tratamento humanizado e digno de travestis e transexuais num ambiente de trabalho.

Acreditamos que a luta por dignidade, respeito e visibilidade das travestis e pessoas transexuais é um longo e complexo processo construído pela militância, pela educação, pela informação, enfim, em várias frentes. A nossa singela contribuição para esse problema perpassa a divulgação de informações, como uma forma de conscientização e de chamar à discussão setores da sociedade diretamente implicados nessa perversa dinâmica de opressão que envolve e acomete sistematicamente travestis e transexuais na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Thiago Clemente do. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2013. Salvador. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Travestis-transexuais-e-mercado-de-trabalho-muito-além-da-prostituição.pdf>>. Último acesso 18 de Junho de 2016.

BENTO, Berenice. Quem tem direito aos Direitos Humanos? Programa: Café Filosófico [Setembro, 2009]. Oscar Federico Bauchwitz. Café filosófico, programa semanal do Grupo de Estudos em Metafísica e Tradição. Rio Grande do Norte, 09/09/2009. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=unnWjhgfYU>>. Último acesso em 18 de Junho de 2016.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v19, n.2, p.549-559, agosto, 2011.

BENTO, Berenice Alves de Melo; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades subjetas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.20, n.02, p. 559-568, agosto, 2012.

BENTO, Berenice. Conexão Futura - Políticas Públicas. Cristiano Reckziegel. Rio de Janeiro, março de 2014. Programa televisionado. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iUPzjIYTwsW>>. Último acesso 18 de Junho de 2016.

BERNARDO, Marcia. H espanhol. Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre a vivência de trabalhadores e o discurso de gestão empresarial. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERNARDO, Marcia H espanhol; NOGUEIRA, Francisco Ronald Capoulade; BULL, Sandra. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v.63, n.spe, p.83-93, 2011.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sergio. Em Direção a um Futuro Trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. n. 14. Agosto, 2013. Agosto, 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293328000014>>. Último acesso em 18 de Junho de 2016.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. . Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da "Constituição Cidadã". In: Oliven, Ruben George; Ridenti, Marcelo; Brandão, Gildo Marçal. (Org.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008, v. 1,. Disponível em: < <http://goo.gl/PPKWM3>>. Último acesso em 18 de Junho de 2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO São Paulo: CRPSP, 2011. Psicologia e diversidade sexual. Caderno Temático 11. FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. P.14. Disponível em: < <http://goo.gl/fDAJkC> >. Último acesso em 18 de Junho de 2016.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e Trabalho na contemporaneidade:. Repensando articulações possíveis. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v19, n.SPE, p.29-37, 2007.

DATASUS. Classificação internacional de doenças: lista tabular de inclusões e subcategorias de quatro caracteres. Capítulo V. Grupo de transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (F60-F69). Subgrupo de transtornos da identidade sexual (F64 e F64-1). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f60_f69.htm>. Último acesso em: 18 de Junho de 2016.

FACCHINI, Regina. "Sopa de Letrinhas"? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 f .P.67-68. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas - São Paulo. Disponível em : <<http://goo.gl/IMeDzt>>. Último acesso em 18 de Junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classif. internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/saude/cid-10>>. Último acesso em 18 de Junho de 2016.

SIQUEIRA, Indianara. Conexão Futura - Políticas Públicas. Cristiano Reckziegel. Rio de Janeiro, março de 2014. Programa televisionado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iUPzjIYTwsW>>. Último acesso 18 de Junho de 2016.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81 Junho, 2000.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios acerca da legislação internacional dos direitos humanos no âmbito da identidade de gênero e da orientação sexual. P.7. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>>. Último acesso em: 18 de junho de 2016.

Entrevista presidente ANTRA: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/11/preconceito-afasta-transexuais-do-ambiente-escolar-e-do-mercado-de-trabalho>